

CIDADE DE RUBIATABA/GOIÁS E AS CADEIAS PRODUTIVAS ATUAIS¹

CITY OF RUBIATABA/GOIÁS AND THE CURRENT PRODUCTION CHAINS

DALVANI ALVES DE OLIVEIRA  

Resumo: Esta pesquisa versa sobre a origem da cidade de Rubiataba, situada no centro-oeste goiano, e tem como objetivo entender como se deu a formação do seu território, formular um diagnóstico das principais áreas produtoras e de geração de renda da agrovila Povoado do Rio Novo e analisar como a produção atual impacta ou causa a degradação do meio ambiente da cidade de Rubiataba. A pesquisa utilizou uma abordagem bibliográfica e documental e de organização de dados, além da produção de produtos cartográficos analíticos. O estudo permite concluir que existe uma concentração de poder nas indústrias de produção de álcool, açúcar, moveleira e confecções, que são as principais áreas produtoras, as quais causam um desgaste ambiental significativo.

Palavras-chave: colônia agrícola-Vale do São Patrício-Rubiataba

Abstract: This research deals with the origin of the city of Rubiataba, located in the Center West of Goiás, with the objective of understanding how its territory was formed, formulating a diagnosis of the main producing and income generating areas of the agrovillage Povoado do Rio Novo and analyzing how current production impacts or causes environmental degradation in the city of Rubiataba. The research used a bibliographic and documentary approach, search and organization of data in addition to the production of analytical cartographic products. The study allows us to conclude that there is a concentration of power in the industry: alcohol and sugar production, furniture and clothing, which are the main producing areas which cause significant environmental damage.

Keywords: agricultural colony-Vale do São Patricio-Rubiataba

1. INTRODUÇÃO

No afã de formar novas cidades, ações governamentais no contexto sociopolítico de Goiás visavam a “ocupação do interior brasileiro” (SILVA, 2011, p.24) e, por consequência, o desenvolvimento desse estado com foco na expansão territorial. Em consonância com o planejamento do governo federal, isto é, a partir do projeto intitulado Marcha para o Oeste, Araújo (2013) apresenta que em 1947 o governo do Estado de Goiás cria uma agrovila, próxima à Colônia Agrícola de Ceres.

¹ Publicado nos Anais do 31º Simpósio Nacional de História, realizado em julho/2021-Rio de Janeiro.
<https://www.snh2021.anpuh.org/site/anais#D>

Tal agrovila foi denominada Rio Novo. Com o seu crescimento, ela se tornou um município, que foi renomeado de Rubiataba. A escolha do município de Rubiataba para o estudo deve-se à ausência de pesquisas específicas sobre a agrovila, ou seja, como se deu a divisão territorial, o estabelecimento das cadeias produtivas, a geração de empregos e a evolução do processo educacional da população. Será feito apenas um recorte de um tópico, mas não se exaure a possibilidade de estudo dessa localidade.

Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é verificar se a proposta do governo do Estado de Goiás ao criar a agrovila foi efetivada e como está a cidade no atual contexto socioeconômico. O procedimento metodológico é de abordagem bibliográfica e documental, por meio de Leis, Decretos, livros, teses e artigos já publicados que abordem a temática.

Foram utilizados os dados estatísticos relativos à produção agrícola e utilização de área, disponíveis na plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Mauro Borges (IMB), conforme necessidade avaliativa relativa ao período de 1980 a 2015. Esses dados foram organizados em tabelas e gráficos elaborados por meio do *software* da *Microsoft o Excel*. As bases para a construção de produtos cartográficos foram os programas Qgis e Google Earth.

2. CRIAÇÃO DA COLÔNIA AGRÍCOLA VALE DO SÃO PATRÍCIO E AGROVILA - RUBIATABA

As reflexões iniciais partem da afirmação de Moraes (2002, p.65), pois esse autor assevera que: “é importante recuperar a história da formação dos territórios atuais, num resgate retrospectivo dos processos que levaram à conformação das áreas de dominação estatal, [...]”. O processo de expansão do território tido como desocupado ou improdutivo foi e será sempre um processo doloroso, de exclusão e/ou exploração, pois parte do conceito de que a área que não tem “dono” deve ter.

Para corroborar com essa linha de pensamento, recorremos a Santos (2001, p.77), que diz: “[...] na história do território, a aceleração constitui mais um dado da política do que propriamente da técnica”. A partir dessa afirmativa, é possível entender que as ações políticas para expandir o território têm a ver não com o compromisso de preservar o meio ambiente, mas sim de expandir a exploração de determinadas áreas a partir da aceleração do processo produtivo.

Nesse sentido, durante a ditadura militar, conhecida como Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), foi desenvolvido um projeto para incentivar o povoamento, o desenvolvimento econômico e a modernização sociocultural de regiões pouco habitadas, resultando assim em oito Colônias Agrícolas, localizadas em distintas Unidades Federativas do território brasileiro.

O projeto foi oficialmente lançado em 1938, com o objetivo de colonizar as terras da região Centro-Oeste até a Amazônia, e foi intitulado Marcha para o Oeste. Para isso, foram criadas instituições cuja intenção era fornecer informações importantes para a formulação e implementação de políticas de povoamento do sertão, tais como: Conselho Nacional de Geografia, Conselho Nacional de Cartografia, Conselho Nacional de Estatística e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse último de 1938.

O Presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto-Lei nº 2.009, de 9 de fevereiro de 1940, que “Dá nova organização aos núcleos coloniais”. Esse decreto definiu as regras para o estabelecimento das colônias, isto é, a concessão de terras e regras para a utilização. Ou seja, houve o estabelecimento detalhado de normas por meio de decretos federais para a estruturação das colônias.

Castilho (2009) expõe que o programa foi amplamente divulgado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pela propaganda oficial do governo getulista e pela censura. O projeto conhecido como Marcha para o Oeste foi apresentado pelo presidente Getúlio Vargas no discurso:

O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar — dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial. (BRASIL, 1938, p.124)

Os demais documentos oficiais de implantação definiam que as pessoas que se dispusessem a participar receberiam amplo apoio do governo, visto que esse projeto de desenvolvimento foi permeado por uma série de fatores que contribuíram para a sua execução.

Entre eles, a Primeira Guerra Mundial, a perspectiva de desenvolvimento industrial, incentivada pelo governo federal e pelos interesses privados e políticos, “extinção dos partidos políticos, de organização da justiça nacional e regulamentação dos proventos no serviço público civil” (BRASIL, 1938, p.123). Havia um objetivo, dentre outros, de incentivar a população a se deslocar de centros urbanos desenvolvidos para regiões desertas.

Para Freitas (2014, p.475), o projeto Marcha para o Oeste trazia a ideia de uma segunda conquista do território pátrio, que ao ser implementado criou colônias habitacionais em vários estados: Goiás, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Maranhão. O argumento do projeto era de que a produção agrícola das colônias iria contribuir para o desenvolvimento econômico do país. Essa reorganização territorial traria modernização, integração e valorização dos espaços.

Getúlio Vargas, no discurso da transferência da capital de Goiás para Goiânia, deixou clara sua intenção de contribuir com o desenvolvimento do potencial econômico por meio de melhorias nas redes de transporte desse estado. Tal pronunciamento trouxe uma concepção de ligação entre a Marcha para o Oeste e a transferência da capital. O referido tema também foi objeto de

estudo por Silva e Mello², os quais apresentaram que Goiânia, sendo idealizada em 1930, representou o marco concreto da Marcha para o Oeste.

Paula (2007) apresenta em seu artigo que a primeira Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) foi criada por meio do Decreto-Lei nº 3059, de 14 de fevereiro de 1941, estabelecendo critérios e exigências para receber e fixar os colonos. Em termos de legalização, esse Decreto-Lei determinou que:

[...] Ministério da Agricultura promoverá a fundação e instalação de grandes Colônias Agrícolas Nacionais, as quais serão destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros. (BRASIL, 1941).

Essas colônias de habitação visavam preferencialmente os brasileiros pobres, em especial os nordestinos que moravam em regiões de pouco desenvolvimento econômico. Castilho (2009) explica que grande parte das famílias que partiram para o sertão eram oriundas do estado de Minas Gerais e utilizavam como meio de transporte inicialmente o trem para o deslocamento até a cidade de Anápolis. O restante do percurso era realizado tal qual o das famílias do norte, oeste e sul, que se locomoviam a pé, a cavalo ou de caminhão. As condições desse deslocamento geravam muito desgaste, e. E sobre isso Waibel afirma:

O estado físico e higiênico das famílias que chegam à colônia era geralmente deplorável: “maltrapilhos, subnutridos e atacados por males endêmicos, dão-nos a impressão da escória de um povo. Para contrabalançar, entretanto, revelam-se-nos otimistas e trabalhadores, sendo muito hospitaleiros e possuindo bom coração. (WAIBEL, 1958, p.151).

Uma questão decisiva para o sucesso do projeto foi o desenvolvimento da malha rodoviária do Brasil, que possibilitou o transporte da produção da região. Além disso, os colonos recebiam auxílio para a construção de casas de alvenaria na Colônia Agrícola do Vale do São Patrício.

Entretanto, com o crescimento populacional, os incentivos foram reduzidos e por consequência a qualidade de vida diminuiu, pois as construções passaram para casas de madeira e por último, de pau-a-pique.

De acordo com Castilho (2009, p. 121), conforme a população foi aumentando, criaram-se dois conjuntos populacionais, um de cada lado do Rio das Almas. Conforme os dados do IBGE, em 1941, na margem esquerda, a gleba denominada de São Patrício recebeu o topônimo de Ceres, deusa da agricultura. Dois anos depois, a cidade de Goiás foi criada pelo Decreto-Lei Estadual nº 8305, de 31 de dezembro de 1943, subordinado ao estado de Goiás.

A população da margem direita cresceu rapidamente com a construção da rodovia federal Anápolis-Belém, atual BR-153 – Belém-Brasília, passando a denominar Rialma, forma

² No artigo “A revolução de 1930 e o discurso da ruptura: Goiânia e a Marcha para o Oeste, os autores estudam a vinculação da transferência da capital para Goiânia e o Projeto A marcha para o oeste.

sincopada de Rio das Almas. A emancipação política pelo Decreto-Lei Estadual, nº 753, de 16 de julho de 1953, (GOIÁS, 1953) instalou o município em 1º de janeiro de 1954, sendo construída uma ponte sobre o Rio das Almas, que permite a locomoção entre as duas cidades.

Uma vez que existia o risco de os colonizadores não se fixarem na região, pois “no esgotamento das riquezas buscavam outras fronteiras” (SILVA, 2011, p.24), foi-se criando infraestruturas mínimas como medida para incentivar a permanência desses. Era de extrema importância atrair a população e incentivar a permanência na região. De acordo com Castilho (2009), foram construídos hospitais, escolas e uma rodovia que no futuro receberia o nome de BR-153.

Em seu artigo, Freitas (2014) retrata que três anos após a criação da colônia havia cerca de 10 famílias, mas a região sofreu um salto populacional com a conclusão da estrada que ligava a colônia até a cidade de Anápolis. Assim, apenas dois anos depois, em 1946, havia na colônia cerca de 1.600 famílias. Em 1947, eram mais de 2.000 famílias, totalizando mais de 10.000 pessoas.

De acordo com Paula (2007), o Governador Coimbra Bueno (1940) foi influenciado pelo planejamento de expansão de território e produção agrícola do governo federal e decidiu criar uma colônia agrícola estadual às margens do Rio São Patrício. Fica evidente a ação política de situações planejadas em conjunto, tendo como objetivo incentivar a interiorização de determinado grupo de pessoas, especificamente as de menor poder aquisitivo, para acelerar o desenvolvimento e a produção de itens que de alguma forma pudessem contribuir para o crescimento econômico.

De acordo com Silva (2017), nessa colônia intitulada agrovila foi proposta uma divisão de terras para os agricultores numa região situada à margem direita do Rio Novo, entre os córregos Barra Funda, Cipó e da Serra. Geograficamente bem situada, plana e cercada de matas e córregos, recebeu inicialmente, em 1947, o nome de Povoado Rio Novo.

A criação das CANGs foi amplamente amparada por decretos federais que estabeleciam os critérios de doações e ocupação. Entretanto, no caso da agrovila, não foi devidamente definida por parte do Governo do Estado de Goiás a publicação de atos legalizadores que definissem os critérios de distribuição de terras e ocupação. Ou seja, a criação da agrovila dependeu da doação de terras sem publicações de atos por parte do governo para tal. E em virtude desta inexistência de emissão de leis ou decretos, existem até a atualidade, na região, áreas utilizadas que não foram devidamente legalizadas, vendidas ou doadas pelo Governo do Estado de Goiás.

Rubiataba surgiu em uma área de 7.000 hectares, cercada por pequenas chácaras destinadas ao abastecimento local de hortaliças, frutas, leite e ovos, e distanciada do perímetro das pequenas propriedades rurais. Em 1947, os colonos reuniram e discutiram a implantação de um

centro popular para atender as necessidades da população existente na região, que até então se deslocava de grandes distâncias para compra de produtos industrializados. A fundação da cidade de Rubiataba foi idealizada e realizada pelo engenheiro agrônomo Oscar Campos Júnior, que a concebeu em 1948. No primeiro registro consta o nome da cidade Rubiataba, não há qualquer menção à agrovila.

De acordo com o IBGE, em 1950 o município possuía 14.761 habitantes e, em 1951, constava mais de 20.000 pessoas habitando os arredores da cidade. Na região, existia cafezal nativo, cultura que dominou o local na época; além disso, ainda vivia por lá índios tapuias. A ideia para a escolha do nome da nova cidade derivou de Rubiácea, família botânica que pertence ao café, e de *taba*, que no idioma tupi significa “aldeia de índios”. Os dados do site do município informam que a cidade foi planejada e se desenvolveu rapidamente, passando diretamente de povoado a município em 12 de outubro de 1953, pela Lei Estadual nº 807 (GOIÁS, 1953). E ainda:

[...] O tamanho total de seu território é 748,264 km², a população estimada segundo dados do IBGE (2018) é de 19.815 habitantes, quem nasce em Rubiataba (gentílico) chama-se: rubiatabense. As coordenadas geográficas de Rubiataba, Goiás são: latitude: -15.1617 e longitude: -49.8048, [...]

A cidade de Rubiataba, na ocasião de sua criação, teve suas ruas e avenidas nomeadas de frutas e madeiras: avenida Jatobá, rua Aroeira, rua Canela, etc. como forma de homenagem à natureza. Araújo³ (2013) detalha o surgimento e o desenvolvimento da cidade e expõe que sua base produtiva foi pouco diversificada, distribuída entre produção de café, milho, arroz e feijão.

De acordo com os dados do IMB (2019), o clima da cidade é tropical semiúmido, com duas estações climáticas: de maio a outubro, seco; de novembro a abril, chuvoso. Em termos de hidrografia, é um município rico, pois ali nasce o Rio Novo, que corre de oeste para leste e deságua no Rio São Patrício, que faz a linha divisória com os municípios de Itapaci e Nova América. Possui ainda os córregos Grande, Patrona, Água Fria, da Serra e outros.

O relevo predominante é composto por terras planas, e a vegetação são: o cerrado e as matas. A área de 150.000 hectares de terras de cultura é dividida em quinhões de 10 alqueires goianos, doados a agricultores vindos de diversas partes do país. Alguns deles: José Custódio, Manoel Francisco do Nascimento e Gabriel Pereira do Nascimento, que chegaram à região em 1945.

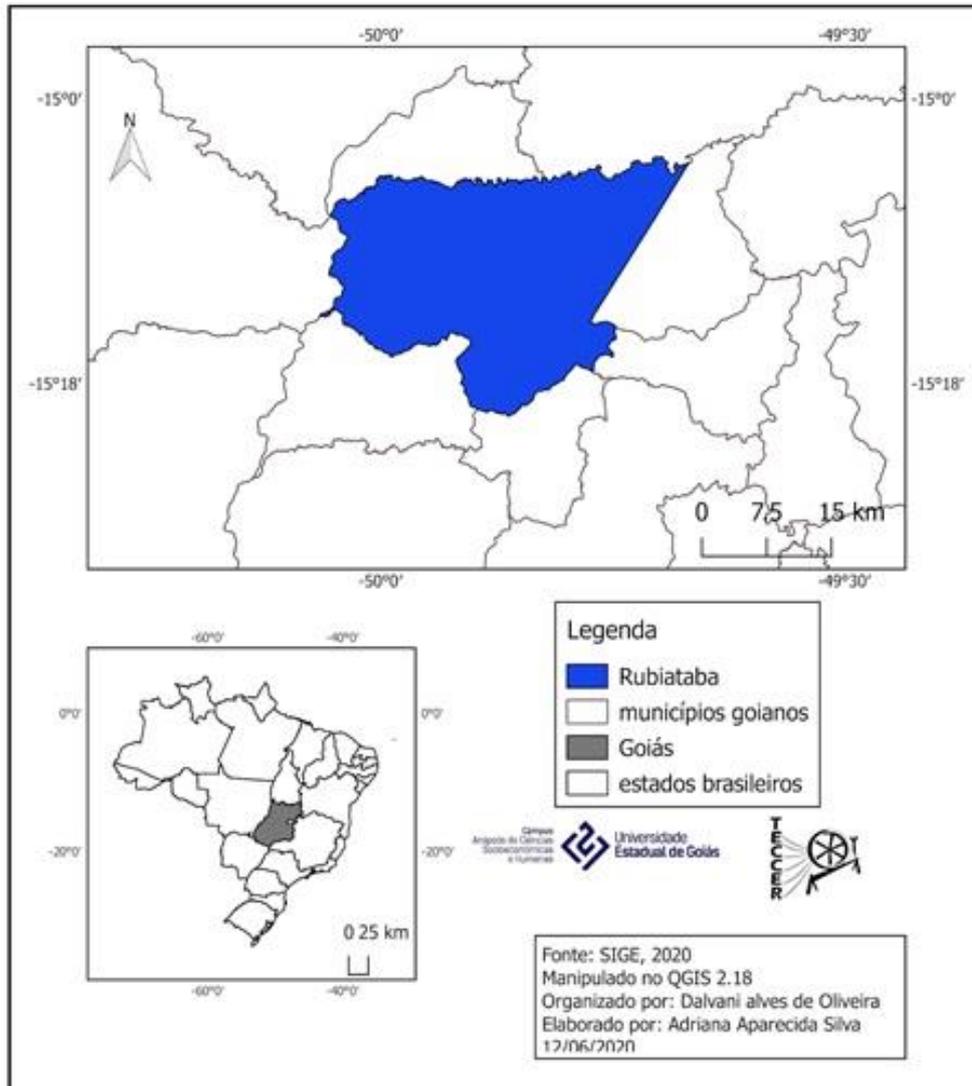
Em relação à questão educacional, é válido dizer que essa cidade possui 01 (um) colégio militar e 09 (nove) unidades escolares para atender a população rubiatabense. E existe um colégio em cada distrito, sendo esses Waldelândia e Bragolândia. Quanto ao ensino superior, há a

³ No artigo: Formação territorial do município de Rubiataba (GO): colônia agrícola, rede urbana e atividade sucroalcooleira (1950-2012), apresenta o resultado do estudo sobre a formação do município.

Faculdade Evangélica de Rubiataba, vinculada à UniEvangélica de Anápolis, que oferece os cursos de Administração e Direito, e ainda um polo de Educação à Distância da UNOPAR.

A figura 1 apresenta o mapa da cidade e sua localização no país, o que permite a visualização de posição de centralidade, facilitando sobremaneira o escoamento de produção para qualquer parte do Brasil, de uma ponta a outra.

Figura – 1 – mapa do município de Rubiataba, 2020.



3. METODOLOGIA

A pesquisa tem uma abordagem bibliográfica e documental, e a escolha desse método se deve à definição estabelecida por Gil (2008, p.44): “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Na análise documental, foram utilizados dados primários constituídos de Atos Legais, Decretos e Leis, emitidos pelos governos federal e estadual, relativos ao estabelecimento das colônias agrícola e agrovila. Esses dados estão disponíveis nas páginas oficiais dos governos federal e estadual e foram usados para a compreensão da constituição do município.

Além deles, também foram utilizados artigos publicados na base de dados do Google Acadêmico, periódicos científicos, teses e dissertações. Por fim, foi feita coleta de dados quantitativos obtidos nas plataformas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Mauro Borges (IMB).

Os dados coletados na pesquisa foram organizados em tabelas e gráficos elaborados no Excel, editor de planilhas da Microsoft. Essas informações também foram base para a produção cartográfica, que foi estruturada em aplicativos de software livre e código aberto Qgis e Google Earth.

4. RESULTADOS

4.1 POPULAÇÃO CENSITÁRIA DE 1980 A 2010

Os dados censitários constantes na página do IMB demonstram uma mudança no perfil do município, onde havia uma predominância da população rural e, por consequência, de trabalhadores e produtores rurais.

A tabela 1 apresenta os números relativos ao aumento da população urbana em função da migração das áreas rurais para os municípios. A população rural teve uma variação percentual negativa na ordem de 51,16% de 1980 para 1991. Nas décadas seguintes, deu-se continuidade ao processo de migração com percentual menor, mas ainda importante, pois em 1980 a população rural era de 8.378, e em 2010 apenas 2.731. A população rural foi reduzida em 30% nos anos de 1980, e em 2010 tal estatística aumentou significativamente para 83,13%.

Para compreender esse fenômeno é necessário investigar os catalisadores. Os motivos podem ter origem tanto na venda de pequenas propriedades aos grandes fazendeiros, quanto em uma possível alteração na forma de produzir, de forma a não exigir permanência do produtor na zona rural.

De qualquer modo, o que se pode depreender dos dados é que houve uma mudança radical nas populações, o que gerou consequências na produção rural.

Tabela 1 – População Censitária do município de Rubiataba - 1980 a 2010.

Anos	Quantidade			População Urbana	População Rural
	total da população	Urbana	Rural	Variação Percentual (%)	Variação Percentual (%)
1980	20.358	11.980	8.378	-	-
1991	16.686	12.594	4.092	5,13%	-51,16%
2000	18.087	15.206	2.881	20,74%	-29,59%
2010	18.915	16.184	2.731	6,43%	-5,21%

Fonte: Instituto Mauro Borges, 2020.

4.2 PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE 2000 A 2015 E USO DO SOLO

A análise feita sobre os dados da produção agrícola chama a atenção para a produção de arroz sequeiro. Houve uma redução de 98,75% da produção durante os anos 2000 até 2015. Já na produção da cana-de-açúcar, um crescimento de 125,96% foi registrado no mesmo período. É uma mudança drástica na produção agrícola em apenas cinco anos.

Os dados da tabela 1 e 2 dialogam, pois o processo de migração da população rural para o setor urbano resulta da alteração de produção comprovada pelo salto na produção de cana-de-açúcar. Isso é consequência do crescimento da usina de produção de álcool, o qual foi incentivado pelo desenvolvimento econômico de transporte do país.

Tabela 2 – Produção agrícola do município de Rubiataba - 2000 a 2015.

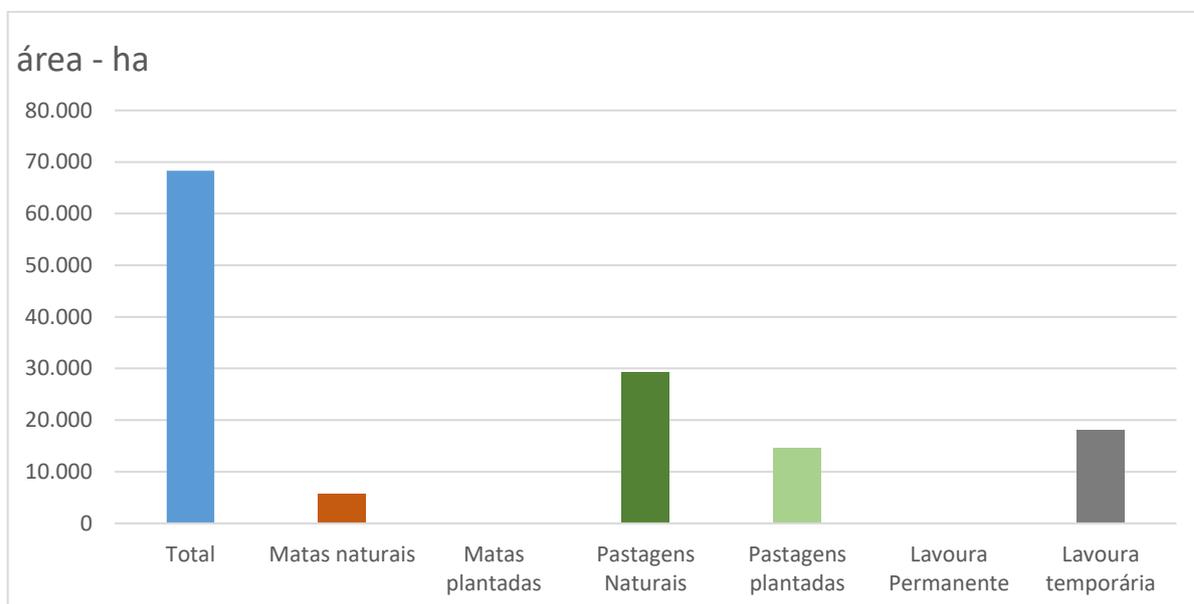
Produto	Quantidade (t)				Variação Percentual (%)
	2000	2005	2010	2015	

Arroz sequeiro	3.600	900	240	45	-98,75%
Milho	9.600	4.650	2.450	1.250	-86,98%
Outros grãos	-	5.594	2.810	1.295	
Mandioca	3.200	900	-	-	
Cana-de-açúcar	157.500	280.000	494.699	355.881	125,96%

Fonte: Instituto Mauro Borges.

No gráfico 1, apresenta-se a área plantada na região por tipo de cultura, com predominância da lavoura temporária e pastagem natural, o que define a alteração do perfil do município de produção de grão para produção de cana-de-açúcar.

Gráfico 1 – Utilização de áreas de terras por tipo de cultura - Rubiataba/GO – 2006.



Fonte: Instituto Mauro Borges – 2020 – organização

Para elucidar os termos utilizados neste gráfico, apresenta-se a definição do IBGE (2020) com pequenas alterações no texto.

Lavoura permanente refere-se à área plantada ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, que após a colheita não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Foram incluídas, nessa categoria, as áreas ocupadas por viveiros de mudas de culturas permanentes.

Já as **lavouras temporárias** são as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano). Elas normalmente necessitam de novo plantio após cada colheita. Foram incluídas, também nessa categoria, as áreas das plantas forrageiras destinadas ao corte.

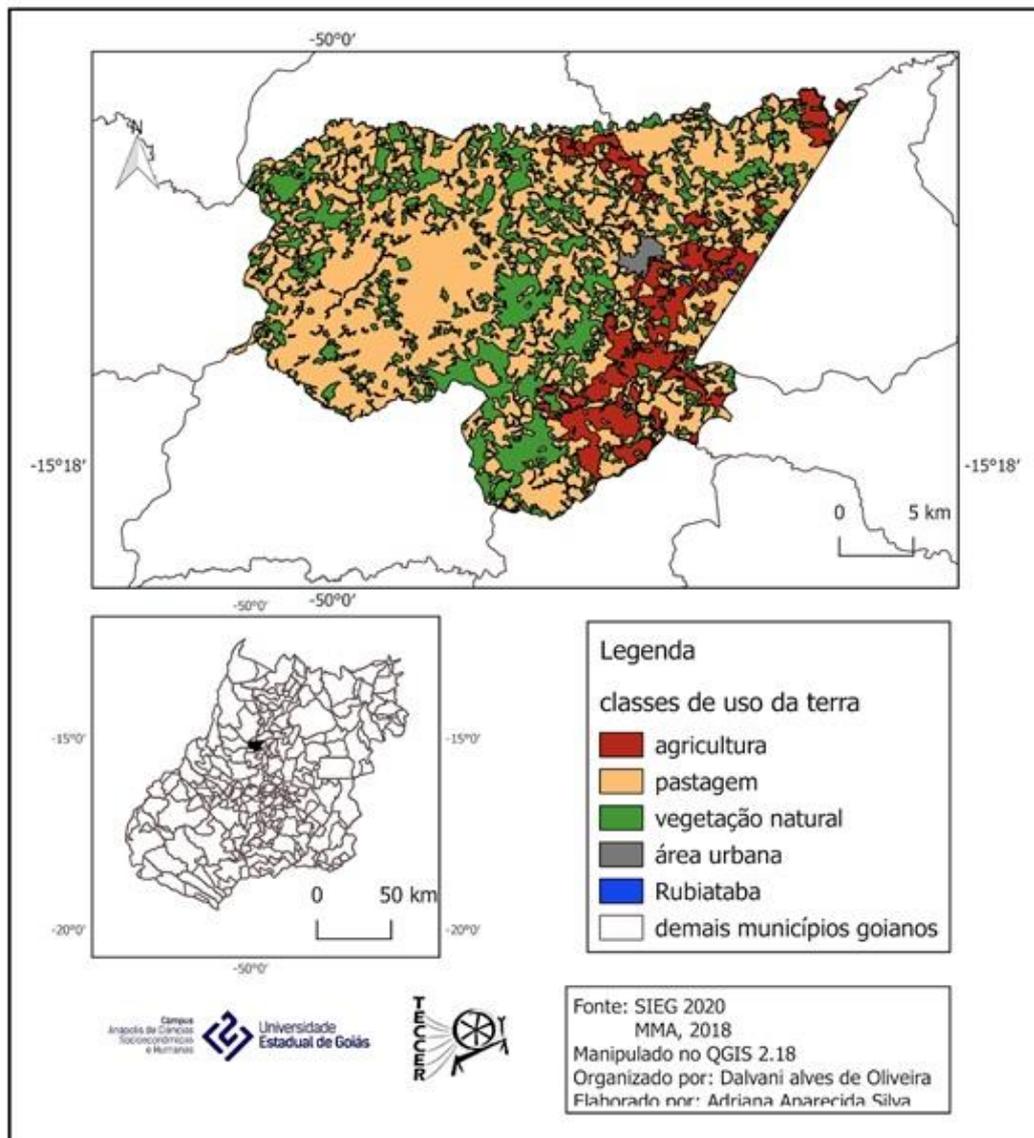
Pastagens naturais são as áreas para o pastoreio do gado sem terem sido formadas mediante plantio, ainda que tenham recebido algum trato. As **pastagens plantadas** são formadas mediante plantio. E as **matas naturais** são as áreas de matas e florestas utilizadas para extração de produtos ou conservadas como reservas florestais. Enquanto as **matas plantadas** são, como o próprio nome já diz, plantadas ou em preparo para o plantio de essências florestais (acácia-negra, eucalipto, pinheiro, etc.), incluindo as áreas ocupadas com viveiros de mudas de essências florestais.

Na análise do gráfico, percebe-se que há uma exploração da terra sem a preocupação com a natureza, pois é pouca a quantidade de área ocupada com lavoura permanente e matas plantadas. Já a área utilizada com a lavoura temporária é grande, o que nos leva a confirmação de que a predominância é do cultivo da cana-de-açúcar.

A figura 2 permite uma visualização da área total da cidade e a utilização da terra. Como é possível observar, está evidente a predominância de áreas de pastagem, e o espaço urbano é exíguo em relação à área total. O espaço de vegetação natural sem concentração é pulverizado em toda a região, o que é explicado pelo relevo predominante de terras planas, assim, sendo favorável a utilização produtiva de grande extensão do território rubiatabense.

Porém, essa composição de solo é também favorável à implementação de monocultura com ênfase do crescimento da produção de cana-de-açúcar para alimentar a produção da usina.

Figura 2 – Mapa de uso do solo 2018.



4.3 PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Em 1983, foi fundada a Usina Cooper-Rubi. Uma sociedade cooperativa, organizada de acordo com a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (BRASIL, 1971). A unidade entrou em operação em 1986, produzindo álcool etílico carburante. O mercado sucroalcooleiro vivia um bom momento, e a Cooper-Rubi se desenvolvia com sucesso a cada safra.

Em 1987, o país vivia o ápice de sua produção de álcool, chegando a um total de 12,3 bilhões de litros, graças ao Proálcool — Programa Nacional do Álcool —, criado em novembro de 1975 pelo governo federal. Esse programa foi criado a partir do Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975, com o objetivo de estimular a produção do álcool no país, visando atender as necessidades dos mercados interno e externo (Brasil, 1975).

Em 1998, a Cooper-Rubi iniciou a fabricação de álcool anidro, mantendo uma média de moagem de 354.000 toneladas de cana/safra, sobrevivendo às intempéries do mercado e contribuindo significativamente para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Com a chegada da era Etanol⁴, a Cooper-Rubi passou por mais uma série de mudanças. Na safra de 2007, ocorreu a introdução da colheita mecanizada da cana-de-açúcar. Em 2013, foi implantada a Fábrica de Açúcar, com capacidade instalada para produção de 2,5 milhões de sacos de açúcar/safra. A usina atualmente produz etanol anidro e hidratado, açúcar cristal e energia elétrica por meio da biomassa (bagaço de cana), que é utilizada no consumo da própria usina. Sendo assim, ela é autossuficiente em energia elétrica no período de safra.

Outro fator de geração de economia do município é a produção moveleira. Ela é caracterizada predominantemente por móveis residenciais, tais como cozinhas, salas de estar e jantar, quartos e banheiros, além de móveis comerciais para escritórios, escolas, hospitais e para hotelaria.

De acordo com as informações da Secretaria de Estado da Economia (2020), os cinco municípios com maior produção de móveis (pólos moveleiros) no ano de 2015 em Goiás são, em ordem decrescente, Goiânia (923 empresas), Aparecida de Goiânia (356), Anápolis (198), Valparaíso de Goiás (118) e Rubiataba (117).

O APL Moveleiro de Rubiataba contribuiu para o desenvolvimento produtivo e a manutenção do título de cidade moveleira do Vale São Patrício. As 117 empresas moveleiras são distribuídas em: médio porte (01), micro/pequeno porte (90) e não informado (26). A empresa Estofados Solar, por exemplo, é constituída pelo elo entre sede, fábrica e depósito (uma única localização) e as filiais de venda distribuídas em várias cidades.

As atividades das empresas moveleiras são importantes para a geração de empregos, visto que contribuem para que a população não necessite migrar para outras cidades e para a fixação de capital na cidade.

Vale ressaltar que a atividade moveleira, a usina e a área de serviços públicos são os maiores geradores de renda. A oferta de bens e serviços e atividades terciárias contribuem também para a organização social do trabalho. Mas a grande geração de empregos está em torno da usina de álcool, seguida por outras indústrias. E quanto à usina, para se estabelecer com sucesso, necessita de condições adequadas de terreno e água.

De acordo com Silva (2011, p. 39-40), a produção em crescimento entra em conflito com o meio ambiente, a biodiversidade e as relações humanas⁵. Já no processo de expansão de

⁴ Maiores detalhes sobre o surgimento do etanol como combustível consultar a obra referenciada neste de Altacir Bunde.

⁵ Bunde em sua obra “Os impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato em Goiás”, aborda a questão do pequeno produtor e os impactos do uso de agrotóxicos e expansão da área plantada de forma bem detalhada.

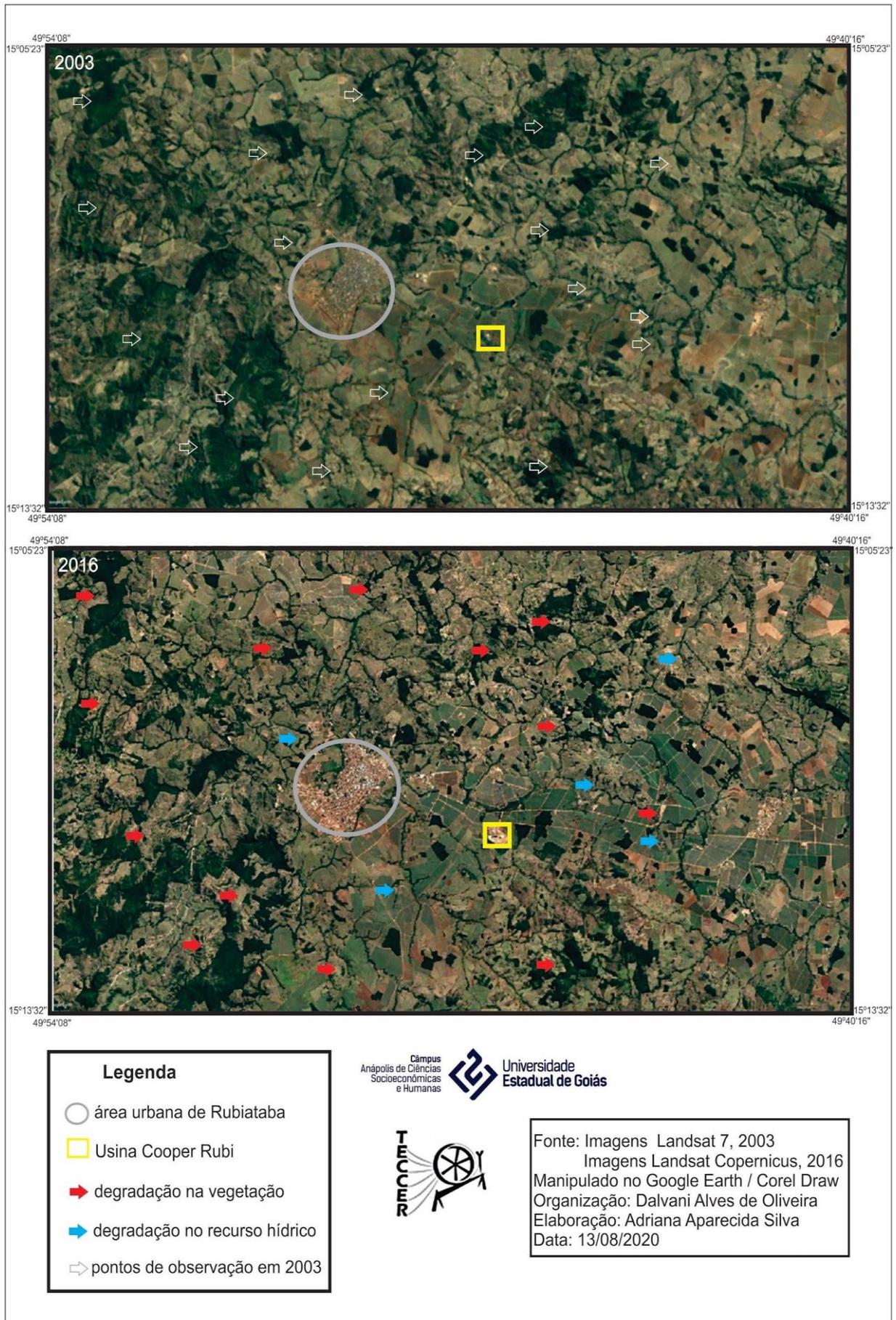
produção, a indústria investe em melhoria de equipamentos e aumento das áreas plantadas. Nesse caso, as áreas plantadas assumem áreas de pastagem e avançam sobre alguns biomas, gerando desmatamento em áreas nativas e invadindo áreas de preservação nas quais permanecem reservas legais.

As questões relativas aos impactos causados pelas indústrias devem ser analisadas com base no que está instituído pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA, que é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente, SISNAMA (BRASIL, 2020). Ele dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e trata de regras gerais. Existem várias questões que devem ser analisadas para verificar quais são os impactos ambientais provocados pela produção industrial no município. E para classificar os impactos “[...] deve-se contemplar os aspectos ecológicos, sociais, culturais e econômicos.

A figura 03 apresenta um comparativo do uso da terra considerando a região entre 2003 (antes da instalação da agroindústria) e 2016 (após a instalação da agroindústria). É possível perceber a degradação ambiental relativa à parte hídrica e a perda de vegetação natural em um curto período de treze anos. Pode-se observar o ponto marcado por setas em 2003 e a situação alterada pela degradação no ano de 2016, respectivamente.

Nesse quesito, coaduna-se do entendimento de Silva (2011, p. 40) quanto à necessidade de haver um monitoramento da expansão das áreas de plantio da cana e ainda o estabelecimento de políticas públicas, visto que isso afeta a população rural, que sobrevive da diversidade e atinge também aos pequenos produtores de outros produtos.

Figura 3 – Mapa de degradação na vegetação e no recurso hídrico período de 2003 e 2016.



De acordo com Cardoso et al. (2016), o discurso de que o etanol é uma energia renovável e limpa abre horizontes para a sua crescente produção calcada na ideia de preservação. Nesse sentido, o estudo dos professores e pesquisadores doutores da área de química ambiental Arnaldo Alves Cardoso, Cristiane de Melo Dias Machado e Elisabete Alves Pereira, (2016) intitulado “Biocombustível, o Mito do Combustível Limpo”⁶, discute os aspectos ambientais gerais sobre o uso e a produção de biocombustível e desmistifica o ecologicamente correto. Diante da crescente necessidade de produção, o aumento das áreas plantadas é uma consequência. Temos um cenário de perspectiva do esgotamento dos recursos naturais, e “a lógica do processo de acumulação de capital, que conduz a uma incessante mercantilização de todos os componentes da vida, seja ela humana, animal ou vegetal” (BUNDE, 2018, p.52). Neste afã de enriquecimento não reside o respeito ao natural, não se pensa nas consequências do desmatamento, soterramento das nascentes e uso excessivo de produtos químicos na terra.

4.4 CRIAÇÃO DA AGROVILA E EXPLORAÇÃO

A criação das colônias agrícolas foi o ponto de partida para a implantação da agrovila. A formação de seu território ocorreu por meio da definição de sua área, que foi dividida em quinhões de 10 alqueires goianos, doados a agricultores vindos de diversas partes do país, os chamados pioneiros. A divisão do trabalho à época foi de proprietários, meeiros e trabalhadores rurais.

Os dados de produção agrícola da cidade evidenciam uma mudança progressiva, pois, de acordo com os estudos, a agrovila foi idealizada para a produção hortifrutigranjeiros. Entretanto, como não houve aporte de recursos para apoio e incentivo aos pequenos produtores, eles foram ao longo dos anos saindo do campo para a cidade.

Os agricultores que ali se estabeleceram eram oriundos de um sistema produtivo em que a cultura era exaurir o espaço produtivo e dali partir para outro, ou seja, não existia na época um preparo para utilização dos recursos e da terra com planejamento produtivo.

Portanto, ficou evidente nos estudos que o sistema produtivo do município foi e é fundamentalmente de exploração de recursos naturais. Pode-se citar como exemplo a produção moveleira com a utilização de madeira, a usina de álcool que, em virtude da demanda de mercado, aumenta substancialmente a produção com expansão da área plantada e na busca de maior produção e lucro, alarga o uso de cargas de fertilizantes, agrotóxicos, máquinas pesadas para a produção e colheita.

⁶ O artigo completo disponível, é interessante e consta nas referências.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo bibliográfico perpassou pela criação e formação da cidade, cuja distribuição de terras foi realizada de forma a reafirmar o poder dos grandes proprietários e esmagamento dos trabalhadores. Ao longo dos anos, a evolução da cidade e sua definição de “vocação” produtiva teve pouca alteração, pois existe ainda ênfase na monocultura para a cana-de-a u car.

O crescimento dessa produção se deve a vários fatores e defesas equivocadas de que o álcool é um biocombustível totalmente renovável. Nesse item, ignora-se que a sua produção passa pelo uso de combustíveis fósseis, mas existem questões políticas envolvidas que transcendem o limite de explanação desse texto.

E nesse sentido, os gestores públicos devem se atentar em um planejamento voltado para a especificidade da produção da cidade, que tem como foco o cultivo de cana-de-a u car, indústria moveleira, de confecção e de serviços públicos. Além disso, eles têm o dever de incentivar outras fontes produtoras e por consequência garantir a empregabilidade da população jovem.

E   por isso que estudos como esses são importantes, pois podem fornecer ao poder público informações extremamente úteis para o estabelecimento de políticas públicas que visem garantir para a população futura um espaço de vida saudável.

  também importante inserir nas discussões itens que visem a proteção de suas fontes de água e a natureza como um todo, pois o município é bem provido de rios, córregos e nascentes. Além disso, discutir como o cultivo da cana-de-a u car afeta a água, o ar e por consequência a saúde da população.

Por fim, não é o suficiente pensar no crescimento econômico se esse não é devidamente planejado. É importante pensar sobre como esse crescimento é realizado, atentar para as condições de vida da população em geral, atentar para os desequilíbrios de riqueza, fartura do crescimento em detrimento do meio ambiente regado   degradação ambiental e poluição.

6. REFERÊNCIAS

ARAUJO, L. C. **Forma o territorial do município de Rubiataba (GO): colônia agrícola, rede urbana e atividade sucroalcooleira (1950-2012)**. 2013. Disponível: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/18583>. Acesso em: 01 jun 2019.

BERT , R. **Gestão Sócio Ambiental no Brasil**. Ed. 1 ed. Curitiba-PR. Intersaberes, 2013.

BRASIL, **No limiar do ano de 1938**. Biblioteca da Presidência da República Disponível: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1937/08.pdf/view>. Acesso em: 23 ago 2020.

BRASIL, **Ministério do Meio Ambiente** 2020 Disponível:
<http://www2.mma.gov.br/port/conama/> Acesso em 23 ago 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Ceres, Goiás Histórico**
Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/ceres.pdf> Acesso em: 29 maio 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Rialma, Goiás Histórico**
Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/rialma.pdf> Acesso em: 29 maio 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Censo Agropecuário.**
Disponível:
<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/conceitos.shtm>
Acesso em: 01 jun 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Estatísticas Municipais - Séries Históricas.** Disponível:
http://www.imb.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=91&Itemid=219
Acesso em: 13 abr 2019.

BRASIL, **Decreto-Lei n. 3039, de 14 de fevereiro de 1941**, Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 11 maio 2020

BRASIL. **Decreto Lei Nº 2009, de 9 de fevereiro de 1940.** Dá nova organização aos núcleos coloniais. Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/2/1940, Página 2433 Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2009-9-fevereiro-1940-411911-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL, **Decreto nº 6.882, de 19 de fevereiro de 1941**, Cria a Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Disponível: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/139404-cria-a-colonia-agricola-nacional-de-goias.html> Acesso em: 11 maio 2020

BRASIL, **Lei nº 5.764, de 16 e dezembro de 1971**, Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm Acesso em: 11 maio 2020

BRASIL, **Decreto Lei nº 403, de 20 de maio de 1946**, Confirma a doação de terras devolutas ao Governo da União, para o efeito de fundação de uma colônia Agrícola Nacional. Disponível: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decreto_lei/1946/decreto_lei_403.pdf Acesso em: 11 maio 2020

BRASIL, **Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975**, Institui o Programa Nacional do Álcool e dá outras Providências Disponível:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76593-14-novembro-1975-425253-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 11 maio 2020

BUNDE, A **Os impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato em Goiás.** 1 ed. Curitiba-PR, CRV, 2018.

CARDOSO, A. A. Cristine de Mello Dias MACHADO, C. M. D, PEREIRA, E. A. **Biocombustível, o Mito do Combustível Limpo.** 2007 Disponível: <http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc28/03-QS-3207.pdf> Acesso em: 21 jun 2020.

CASTILHO, D. **A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (cang) e a formação de Ceres-go – Brasil.** 2009. Disponível: https://laboter.iesa.ufg.br/up/214/o/A_CANG.pdf. Acesso em: 01 jun 2019.

FREITAS, W.A.; MELLO, M., **A colônia agrícola nacional de Goiás e a redefinição nos usos do território.** 2014. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v26n3/0103-1570-sn-26-3-0471.pdf> Acesso em: 01 jun 2019.

GIL, Antônio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo Atlas, 2008.

GOIÁS, **Decreto Lei 3704, de 04 de novembro de 1940** Dispõe sobre a doação de terras ao governo da União, Disponível: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decreto_lei/1940/decreto_lei_3704.pdf Acesso em: 11 maio 2020

GOIÁS, **Lei N. 807, de 12 de outubro de 1953**, Cria o Município de Rubiataba e dá outras providências, Disponível: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1953/lei_807.pdf Acesso em: 11 maio 2020

GOIÁS. **Lei nº 767, de 4 de setembro de 1953.** Cria o Município de Ceres e dá outras providências Disponível: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/90337/lei-767 Acesso em: 13 abr 2019.

GOIÁS. **Lei nº 753, de 16 de julho de 1953.** Cria o Município de Rialma e dá outras providências Disponível: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/90336/lei-753 Acesso em: 13 abr 2019

GOIÁS, Instituto Mauro Borges (IMB) **Perfil Socioeconômico dos Municípios Goianos** Disponível: https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14&Itemid=218 Acesso em: 29 nov 2019.

História da Cooper Rubi. Disponível: <http://www.goiascooperativo.coop.br/noticias/13-05-2011-cooper-rubi-prepara-se-para-entrar-no-mercado-de-acucar/> Acesso em: 29 nov 2019.

MORAES.A. C. **Território e História no Brasil**, Hucitec. 2002

PAULA, M. C.; SILVA C. M.; CORDEIRO, F. H.. **O impacto das políticas públicas e a importância da cooper-rubi desenvolvimento de Rubiataba no Estado de Goiás.** 2007. Disponível: <http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/viewFile/408/339> Acesso em: 29 nov 2019.

PIETRAFESA, J. P.; SILVA, S. D. **Transformações no Cerrado: Progresso, Consumo e Natureza** 1 ed. PUC Goiás. 2011.

QUINTELA, A. C. **Os sucessos urbanos da colonização agrária em Goiás**. Disponível: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48231> Acesso em: 21 jun 2020

REIS, C. F. Thalita Zanol FERREIRA, T. Z., MORAES, A. C. **Caracterização da cadeia moveleira goiana**, 2015. Disponível: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1040218/1/Doc.286CaracterizacaoCadeiaMoveleiraCrisReis.pdf>. Acesso em: 29 nov 2019.

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **O Brasil Território e sociedade no início do século XXI**, Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A, Rio de Janeiro.2001.

SILVA, G. G; MELLO, M **A revolução de 1930 e o discurso da ruptura: Goiânia e a Marcha para o Oeste** Disponível: <https://revistas.pucsp.br/cordis/article/view/19799/14707> Acesso em: 21 jun 2020.

SILVA, U. C. **Organização Espacial e Morfologia da Cidade de Rubiataba-Goiás**, 2017 Disponível: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7980> Acesso em: 21 jun 2020.

WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. 307 p.

Artigo recebido 07/03/2023

Artigo aceito 10/10/2023